

A CORRUPÇÃO DO SISTEMA PUNITIVO MODERNO E A INFLUÊNCIA POLÍTICA E MIDIÁTICA NA CRIAÇÃO DA LEI PENAL

THE PUNITIVE SYSTEM MODERN AND CORRUPTION THE INFLUENCE POLITICAL AND MEDIA IN CRIMINAL LAW OF CREATION

Maíra Fronza¹

Resumo:

A preocupação recorrente para os juristas no cenário atual é a ineficácia da legislação penal brasileira. O presente trabalho visa realizar uma análise do Direito como um subsistema corrompido pela pressão de outros subsistemas. E tal análise tem como ponto de partida a teoria sistêmica de Niklas Luhmann, que vê o Direito como um subsistema autopoiético, ou seja, fechado do ponto de vista operacional, mas aberto do ponto de vista cognitivo, circular, autorreferente e que tem a capacidade de se autorreproduzir. O sistema jurídico na pós-modernidade vê-se corrompido por outros subsistemas (econômico, político, etc.), o que os autores chamam de “alopoiese” (Marcelos Neves). Ocorre que, muitas vezes, quando da criação das leis, o nosso legislador, influenciado pela pressão de eleitores, da oposição e, inclusive e notadamente, da mídia, acaba por elaborar leis de forma precipitada e sem que tenha por objetivo solucionar o problema da criminalidade. E tais leis, de regra, acabam tendo apenas um caráter simbólico, ou seja, sem que tenham, na prática, qualquer efetividade.

Palavras-chaves: Teoria-sistêmica; Corrupção; Lei Penal; Mídia; Simbolismo.

Abstract:

A recurring concern for jurists in the current scenario is the ineffectiveness of the Brazilian criminal law. This study aims to carry out an analysis of the law as a subsystem corrupted by pressure from other subsystems. And such analysis takes as its starting point the systems theory of Niklas Luhmann, who sees the law as an autopoietic subsystem, ie closed from an operational point of view, but open the cognitive point of view, circular, self-referential and that has the ability to autorreproduzir. The legal system in postmodernity sees corrupted by other subsystems (economic, political, etc.), which the authors call "alopoiese" (Marcelli Neves). It happens that often when creating laws, our legislators, influenced by pressure from voters, opposition and even and especially, the media, eventually legislate in haste and without whose purpose solve the problem of crime. And such laws, rule, end up having only a symbolic character, that is, without having in practice any effectiveness.

Keywords: Theory-systemic; Corruption; Criminal law; Media; Symbolism.

1 Introdução:

¹FRONZA, Maíra. Mestranda em Direitos Humanos na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI; Pós-graduada em Direito Tributário pela UNIDERP - Universidade Anhanguera; Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, atualmente exercendo o cargo de Assessora de Juiz na 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Rosa (mairafronza@tj.rs.gov.br).

O lucro e o capital atuam como novo medidor axiológico da sociedade. E tais subsistemas invadem, ainda que indiretamente, o subsistema jurídico que acaba sendo pressionado pela mídia, pela política e até mesmo por interesses eleitoreiros, o que causa a corrupção do sistema de direito, especialmente na seara penal. É de fácil percepção que os representantes da população (legisladores) estão preocupados apenas com a criação da legislação para sanar determinados problemas, sem, contudo, observar se as normas criadas terão, ou não, alguma efetividade diante do problema e, inclusive, se são realmente a solução para os problemas que surgem com a expansão do neoliberalismo. O presente trabalho pretende fazer um breve análise do subsistema jurídico atualmente corrompido por outros sistemas e a influência política/popular e midiática que pressionam o legislador na tomada de providências diante da problemática da criminalidade.

2 Breves considerações acerca da teoria sistêmica de Luhmann

Antes de adentrar no referido sistema autopoietico, importante destacar o que foi considerado por Niklas Luhmann (apud RODRIGUES e NEVES) como sistema. Segundo o referido autor, o sistema servia para designar alguma coisa que tinha seu funcionamento ligado a partes independentes.

O sistema autopoietico surge da concepção de sistema trazida por dois biólogos chilenos, Maturana e Varela, que referiram que um organismo vivo, seja animal, seja vegetal, deve ser considerado um sistema dotado de partes vinculadas entre si, independentes de outros seres, porém, que interagem dentro do próprio grupo. E é por isso que o dito sistema é considerado pelos referidos doutrinadores como sistema fechado. Ressalta-se, outrossim, que os ditos autores também referiram que o sistema, além de fechado, era autopoietico e autorreferencial, cujos conceitos foram aprimorados pelos estudos de Luhmann.

O conceito de “autopoiesis”, como dito, teve início no final da década de 60 pelos biólogos chilenos Maturana e Varela. Os mencionados biólogos utilizavam, então, do dito termo para indicar as designações como autorreferido e autorreferente não só relacionadas aos seres vivos, mas também para referir acerca do sistema nervoso (RODRIGUES e NEVES, 2012).

Como o conceito de autorreferência está intimamente ligado à concepção da autopoiesis,

importa transcrever o dito conceito trazido por Luhmann que refere como sendo uma “unidade do sistema consigo mesmo” (apud RODRIGUES e NEVES, 2012, p. 30). No entanto, o conceito de autopoieses surge quando os referidos biólogos tentam explicar a autonomia de um organismo vivo que é considerado como um sistema que se autoproduz.

Para melhor compreensão, pode-se dizer que o sistema autopoietico é um sistema fechado que, embora seja operado de forma autorreferenciada em um determinado meio ou “entorno que o circunda”, produz uma operação de diferenciação. Um exemplo de grande valia utilizado pelos biólogos chilenos (Maturana e Varela) para explicar o conceito de autopoiese é de que um ser vivo, seja ele planta ou animal ou, ainda, determinada célula, não depende exclusivamente do meio em que vive, mas, sim, de sua própria unidade sistêmica. Isto é, ser uma célula nervosa (e não epitelial), ser um milho (e não um feijão), ser um gato (e não um cachorro) (RODRIGUES e NEVES, 2012).

Dito de outro modo, são os elementos internos dos seres vivos (dos sistemas vivos) que fazem com que esses (os seres vivos) sejam o que são, inclusive, conservem o seu estado dessa forma.

Enfim, a autopoiesis é a capacidade que os sistemas autorreferidos têm de produzirem-se a si próprios como unidades diferenciadas. Em outras palavras, pode-se dizer que o sistema que se autoproduz também se autorreestrutura, se autorrepara, se autotransforma e se autodapta sem perder sua identidade. Luhmann (apud RODRIGUES e NEVES, 2012, p. 32) afirma mais, que “os sistemas autopoieticos são aqueles que por si mesmos produzem não apenas a sua estrutura, mas também os elementos que os constituem [...] sem importar a base energética ou material. Os elementos são informações, são diferenças que no sistema fazem diferença”.

Segundo Luhmann (apud RODRIGUES e NEVES, 2012), para análise do teoria sistêmica, se faz necessária a distinção entre sistema e entorno. Para o dito doutrinador, os sistemas estariam sempre ligados, acoplados e, inclusive, orientados em relação a um entorno. O entorno poderia também ser descrito como a parte externa de um determinado sistema. Destacou também que no processo autopoietico a observação é importante para a diferenciação do sistema e do entorno, muito embora ambos sejam inteiramente ligados.

Aspecto também de grande valia que merece ser considerado é o fato de que Luhmann

entende a teoria sistêmica como evolucionista à medida que interpreta o meio em que está inserido.

Para Luhmann, no entanto, o que importa é a autopoiese como um sistema de reprodução. E tal sistema de reprodução no sistema social é o denominado processo de comunicação, uma vez que os sistemas sociais são entendidos como sistemas comunicativos (apud RODRIGUES e NEVES, 2012).

Rodrigues e Neves (2012, p. 60-61) referem que “a comunicação é a operação própria dos sistemas sociais. É uma operação puramente social porque pressupõe o envolvimento de vários problemas psíquicos em que se possa atribuí-la exclusivamente a um ou a outros destes sistemas: não pode haver comunicação individual”. Dito de outro modo, segundo os referidos autores, quem comunica é o sistema social, e não os seres humanos, haja vista que é a sociedade que se reproduz como sistema de comunicação.

Ainda que os subsistemas sejam fechados à comunicação com outros subsistemas, quando se organizam, porém, os variados subsistemas como ciência, economia, política, etc., passam a se comunicar com outros subsistemas por meio de decisões. E tais decisões, segundo Rodrigues e Neves (2012), não prejudicam a autopoiesis do sistema social.

A comunicação nada mais é do que um processo de atualização constante que envolve um grande número de pessoas que pensam de modo diverso (RODRIGUES e NEVES, 2012)

Segundo Elaine V. Domingos Santos (2009), o sistema é sempre menos complexo que o ambiente em que ele está inserido e que, em razão da complexidade do dito ambiente, se faz necessária a seletividade de elementos que reduzam tal complexidade.

Elaine V. Domingos Santos (2009, p.1) também conceitua contingência:

Contingência é o fato de que, entre as possibilidades que se mostram no sistema ou para o sistema, pode sempre ocorrer das expectativas esperadas naquelas relações frustrações. Em outras palavras, cada seleção atribuída a um sistema é produto de alternativas que fora deixadas de lado. Numa situação contingencial, não se sabe quais os resultados a serem escolhidos visto que se trabalha com possibilidades. Portanto, na contingência, depende-se de expectativas futuras, ou seja, há a necessidade de assumir riscos.

A autora ainda ressalta que o sistema social surge quando os indivíduos expõem sua contingência um ao outro (indivíduo) gerando a referida complexidade.

Outro aspecto importante trazido por Elaine V. Domingos Santos (2009) quanto à teoria de Luhmann, é a impossibilidade da existência de sociedade sem meio ambiente, ainda que o sistema seja autopoietico. A ligação do sistema com seu meio ambiente é também denominada de acoplamento estrutural. Elaine novamente refere a comunicação como um exemplo concreto de sistema autopoietico.

Como visto, o sistema está ligado ao seu exterior, ou seja, ao mundo de valores que conduz a sociedade. Surge, então, a necessidade de dividir a sociedade em subsistemas que relaciona a desigualdade e a igualdade entre indivíduos. E daí também surge a distinção entre incluídos e excluídos (SANTOS, 2009).

Por fim, o direito, além da economia, da política, da religião são subsistemas inseridos dentro de um sistema que, como dito, é autopoietico e que sobrevive dentro de seus próprios limites, autorreproduzindo-se para atingir suas necessidades.

Entretanto, a comunicação dos sistemas sociais, ainda que seja importante, atualmente está ocorrendo de modo acelerado, o que vem proporcionando uma certa “corrupção sistêmica”, consoante será adiante discorrido.

3 A corrupção do sistema (subsistema) jurídico moderno e o simbolismo legislativo em resposta às pressões populares.

Como é sabido, os sistemas sociais atuais, quais sejam, direito, economia, político, etc., estão cada vez mais interligados. Ocorre que, muito embora essa “comunicação sistêmica” seja importante para o desenvolvimento da sociedade moderna, a interferência direta de um sistema ou subsistema em relação ao outro acaba por causar a denominada “corrupção sistêmica, o que é chamada por muitos estudiosos como “alopoiesis”.

A “alopoiesis”, entretanto, não pode ser vista como um conceito isolado, mas, sim, oriunda da denominada “autopoiesis” trazida por Luhmann por meio das suas teorias

sistêmicas.

Consoante o doutrinador Marcelo Neves (2009) o sistema autopoiético que é fechado e autônomo em relação aos demais subsistemas da sociedade se contrapõe com o termo alopoiesis que, por sua vez, se relaciona com o estado de corrupção sistêmica.

E a alopoiesis é que é o fenômeno que impede o desenvolvimento do Direito em determinados pontos da sociedade justamente pela falta de autonomia que decorre da sobreposição de outros códigos, especialmente econômico (ter/não ter) e o político (poder/não poder) (NEVES, 2009).

Para Lira (2015), a relação do direito penal dentro do sistema jurídico depende da função que o referido subsistema jurídico desempenha na sociedade. Ou seja, é o processo de comunicação existente entre os subsistemas existentes com o Sistema do Direito é que irá fomentar a criação de normas para a regulação de condutas tidas como lícitas ou ilícitas.

Segundo Luhmann (2005, pp. 188-189), “o Direito se encarrega de uma só função, a saber: estabilização das expectativas normativas, via regularização temporal, objetiva e social”.

A bem da verdade, quando há uma intromissão dos sistemas políticos, sociais e/ou econômicos, seja por meio de pressões populares ou midiáticas, ocorre a corrupção do Sistema de Direito. E isso causa a alopoiesis que é simplesmente a interferência de outros sistemas no processo operativo jurídico (LIRA, 2015).

Em outras palavras, significa dizer que o sistema jurídico perde sua autonomia quando invadido por outros campos, o que Luhmann denomina de “estado de corrupção” (2005, pp. 151-193). O exemplo típico de “intromissão” referido por Adalberto Narciso Hommerding e José Francisco Dias da Costa Lyra (2014, p. 100) é a pressão política e midiática. E é nesses aspectos que estão focadas as discussões deste trabalho acadêmico.

Como é sabido, o direito surge em razão da necessidade da regulamentação da paz, da ordem social, da segurança e, inclusive, do bem-estar comum. E tudo isso se dá com o objetivo de melhorar a convivência entre as pessoas e o progresso social.

Segundo Jorge Rubem Folea de Oliveira (1997, p. 377) “o direito, decorrente da criação humana, é direcionado de acordo com os interesses impostos pela sociedade. Tal fato torna-o dinâmico, exigindo que ele, a cada época, acompanhe os anseios e interesses da sociedade para qual foi criado”.

É justamente nesse ponto que o presente trabalho pretende focar o estudo. Ou seja, a legislação sofre mutação em decorrência das variações do tempo e do espaço. E isso está relacionado diretamente com a pressão política e midiática que se falava anteriormente. Portanto, há a necessidade do direito se refazer. Porém, não pode ser simplesmente criado como forma de dar uma resposta à sociedade sem ter, na prática, qualquer eficácia.

Max Weber (apud OLIVEIRA, 1997) já dizia que o direito é um instrumento de dominação da sociedade, haja vista que a dita sociedade se submete às regras de obediência impostas. Logo, aqueles que detêm o poder político controlam a sociedade porque impõem a sua vontade.

A partir de um estudo mais apurado, constata-se que os detentores do poder político exercem a dominação da sociedade que “crê” estar organizada por meio da criação da legislação.

Na verdade, o que se vê, principalmente no Brasil que adotou o Sistema codificado de regulação social é que é que o legislador, diante das pressões dos demais sistemas existentes, cria determinada legislação com o objetivo de “dar uma resposta à sociedade” no sentido de que está (o poder legislativo) tomando as providências necessárias diante de determinado fato. E essa forma de criação de leis denomina-se de simbolismo legislativo. Nesse sentido, Lira refere que (2015, p. 105):

A função simbólica da lei caracteriza-se, então, pela não produção de efeitos externos. É dizer: a eficácia e a efetividade da lei só acontecem na mente dos governantes e dos cidadãos, pois aqueles acreditam terem feito algo para a proteção da paz pública.

No entanto, o que se vê é que o legislador, quando da criação de determinadas leis não busca realmente solucionar as verdadeiras necessidades e exigências sociais, o que acredita-se que, no caso do Brasil, deve ser feito por meio de políticas públicas, e não por meio de políticas

legislativas simbólicas que visam apenas “aquietar” as massas populares e as influências da mídia.

O sistema jurídico atual apresenta, portanto, uma corrupção ou irritação causada por outros subsistemas, o que, como dito, dá origem ao simbolismo legislativo que visa passar uma “falsa” percepção da realidade.

4 A influência popular e midiática na criação da Lei Penal oriunda do neoliberalismo expansivo.

A bem da verdade, segundo Bauman e Mendoza Buergo (apud HOMMERDING e LYRA, 2014, p. 76):

[...] a pós-modernidade ou a modernidade-tardia, novo padrão distintivo de relações econômicas e sociais, trouxe, no seu bojo, um conjunto de riscos, inseguranças e problemas de controle social, reconfigurando, dessa forma, as expectativas sociais com relação às políticas criminais de repressão à criminalidade, já que o “caldo cultural” pede o endurecimento da resposta penal.

Hommerding e Lyra (2014) referem que o Estado de Bem Estar Social encontra-se em crise, seja pelos fatores oriundos do neoliberalismo, seja pelos fatores oriundos da globalização, e, em razão disso, a sociedade “clama” por estabilidade e segurança.

E para a solução de tal problemática (insegurança e instabilidade), faz-se necessária a implantação de uma promessa de “vencer o inimigo”, ainda que se tenha que infringir outros conceitos e, inclusive, corromper o subsistema jurídico penal.

A legislação penal, como consequência, sofre influência direta dos subsistemas. A chamada “corrupção” referida por Luhmann (HOMMERDING e LYRA, 2014).

A insegurança, o medo e a busca pela eficácia preventiva faz com que o Direito Penal fique adstrito à política, ainda que acabe seguindo o caminho da desformalização material e processual.

A velocidade da propagação das informações por meio da mídia que, como é sabido, é praticamente instantânea e tem o condão de transparecer os detalhes acerca dos riscos atuais e dos medos que vem em face da ausência de segurança pública. E isso, como refere Lira (2015, p. 105), “insulfla” o povo contra o poder legislativo como o objetivo de que tome providências em relação à repressão da criminalidade.

O legislador, então, pressionado pelas pressões populares e midiáticas e, até podemos dizer, com o afincado de não decepcionar seus eleitores cria leis, ainda que de pouca eficácia legislativa (legislação simbólica) para “dar a impressão tranquilizadora de um legislador atento e decidido (MELIÁ, 2010, p. 79).

A respeito do tema, já diziam Hommerding e Lyra (2014, p. 46) que atualmente há “uma percepção social emocionalmente carregada e forjada pelos *mass mídia*, isto é, uma cobertura sensacionalista e populista à criminalidade, que estimula uma política criminal de cunho conservador, a saber: tendência de governar pelo crime”.

Acredita-se que o “protagonismo” dos meios comunicativos apresenta um sério problema, pois há, de certa forma, o uso político do controle penal por meio da legislação criada que se apresenta como mecanismo de “ofuscamento e encobrimento dos problemas sociais” que acaba fugindo das atribuições políticas (HOMMERDING e LYRA, 2014, p. 47).

O cenário atual demonstra claramente que, em sua maioria, as legislações penais atuais foram elaboradas pelo legislador ante a exigência da sociedade por uma resposta para determinada situação, ainda que fosse uma situação isolada.

Inúmeras Leis Penais Brasileiras foram criadas por ingerência da mídia. Segundo Mascarenhas (2010), a Lei nº 8.072/90 foi a primeira “Lei Midiática” que surge em face da pressão existente. O caso criminal célere que deu origem à criação da referida norma foi o sequestro do empresário Abílio Diniz, ocorrido em 1989. O sequestro do empresário Roberto Medina também contribuiu para a criação da Lei dos Crimes Hediondos.

É claro, todavia, que já existia uma forte movimentação legislativa para a criação da referida Lei, mas o clamor dos meios comunicativos aliados às ondas de criminalidade “pressionaram” para a elaboração da dita Lei.

Consoante coloca Mascarenhas (2010), a Lei nº 8.930/94 também foi fruto de uma pressão midiática, principalmente oriunda da Rede Globo de Televisão. Tal Lei surgiu em razão do homicídio da atriz Daniela Perez, a personagem Yasmin em uma novela da referida rede de televisão.

A mãe e escritora Glória Perez, com o assassinato de sua filha Daniela, dirigiu uma mobilização nacional para a criação da Lei nº 8.930/94 que tinha por objetivo acrescentar à Lei dos Crimes Hediondos o homicídio qualificado.

Odacir Silva Mascarenhas (2010) cita os casos de Doka Street e Ângela Diniz, de Daniela Perez, de Roberto Medina, Abílio Diniz, a Chacina de Diadema, o assassinato dos jovens Liana Friendbach e Felipe Caffé, a morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, além dos acontecimentos gerados pelos presos Beira-Mar e Marcola, como influentes para a modificação da legislação penal.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) também foi uma legislação elaborada “às pressas” em razão de clamores oriundos da Comunidade Internacional em relação aos direitos das mulheres (LIRA, 2015) que, como é de conhecimento de muitos (especialmente juristas e aplicadores do direito), apresenta vários problemas quando da sua aplicabilidade na prática.

Não se pretende dizer, entretanto, que a Lei Maria da Penha, assim como outras legislações não são necessárias para a regulações de certos atos sociais. O que se quer demonstrar, por conseguinte, é que a Lei Maria da Penha, entre outras, foi elaborada para responder anseios populares e midiáticos, sem que se fizesse um estudo prévio e, não menos importante, sem que se adotasse níveis de racionalidade legislativa para a sua criação. Lembre-se, outrossim, que tal Lei (Lei Maria da Penha) teve intensos reflexos no Código Penal e, inclusive, na nova Lei no Femicídio – Lei nº13.104/2015).

Muitos doutrinadores falam ainda que a influência na mídia na criação das Leis é tão relevante que pode ser enquadrada como um “quarto poder”.

Segundo João Queiroz (apud MASCARENHAS, 2010):

a “comunicação social” vem reclamando o papel e esta função mediadora e, em causa deste atributo, pretende ser um ‘cão de guarda’ (watchdog) dos interesses públicos e, nesta medida, simbolicamente, um ‘4º Poder’ social e público que vigia e controla os poderes legislativos, executivo e judicial.

É claro que, do ponto de vista constitucional, não há como atribuir a designação de quatro poder à mídia. Mas não há como esconder que a mídia ganhou tal alcunha em razão da sua falta de legitimidade e de controle existente sobre os órgãos de comunicação.

Mascarenhas (2010) refere que a imprensa possui sim um papel de vigilância dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A diferença é que a mídia não se preocupa com o interesse público, mas, sim, com o interesse “do público”. E essa forma de manipulação de ideias em razão de determinados interesses enseja um comportamento midiático supra constitucional.

Não se pode esquecer de destacar que, ainda que seja minoritária, a mídia não tendenciosa e responsável é importante para o desenvolvimento do Estado Democrático, haja vista que busca revelar as informações verdadeiras dos acontecimentos, sem que haja qualquer influência externa, seja oriunda do governo, seja oriunda de instituições privadas. Porém, como dito, essa quase inexistente no cenário brasileiro.

Como é sabido, a mídia procura relatar acontecimentos que atraem, divertem, emocionam e chocam, gerando uma sensação de insegurança na sociedade. E isso acaba “pressionando” o Poder Legislativo para a implantação de uma legislação mais severa, ainda que não se tenha um estudo técnico eficaz da correta aplicação da Lei Penal.

Giovani Santim (apud MASCARENHAS, 2010) refere que a imprensa trata os problemas políticos, sociais e econômicos como um “paravento”. Em outras palavras, a mídia alimenta uma cultura do medo por meio da criação de riscos que ameaçam a segurança e a ordem consoante o interesse de determinados grupos sociais.

Nota-se, portanto, que a mídia se detém em divulgar apenas notícias mórbidas, grotescas e cruentas, pois o objetivo é provocar uma sensação de choque no leitor/telespectador e,

inclusive, no próprio legislador que acaba se corrompendo pela pressão midiática, muitas vezes distorcida.

A mídia, de fato, pode ser considerada um “quarto poder”, pois pode realmente selecionar, falsear e sobretudo silenciar acerca de determinados acontecimentos.

Nesse sentido, colaciono trecho de Guareschi (apud MASCARENHAS, 2010):

Se é a comunicação que constrói a realidade, quem detém a construção dessa realidade detém também o poder sobre a existência das coisas, sobre a difusão das ideias, sobre a criação da opinião pública.

Mas não é só isso. Os que detêm a comunicação chegam até a definir os outros, definir determinados grupos sociais como sendo melhores ou piores, confiáveis ou não-confiáveis, tudo de acordo com os interesses dos detentores do poder. Já foram feitos estudos interessantes sobre o que determinados povos pensam de outros povos. Essa opinião está baseada, principalmente, nas informações que as pessoas recebem. Em estudos e pesquisas realizados no campo da comunicação, verificou-se que a opinião pública é preparada com informações sobre determinadas populações de tal modo que isso pode chegar a justificar até mesmo uma invasão de um país adversário. A pesquisa de Hester (1976) mostrou que, de cada 100 notícias enviadas do bureau das Associated Press de Buenos Aires para o quartel central dos Estados Unidos, apenas 8 eram aproveitadas. Mas o mais sério era que das 8 aproveitadas, 4 eram notícias que falavam de violência e criminalidade – quando das 100 originais, apenas 10 eram sobre o assunto. Com isso, os países informados por essas agências vão formando opinião, construindo imagens sobre determinados povos, identificando-os como criminosos e violentos. Não é difícil, posteriormente, legitimar uma invasão ou retaliações sobre populações que, para a grande maioria, são criminosas e violentas (grifo nosso).

Não há dúvidas, por conseguinte, que o Poder Legislativo sofre uma “pressão” na elaboração das leis penais ante o clamor público para a efetivação dos direitos.

O crime continua sendo tratado como um problema de interesse público. A mídia, portanto, intensifica a preocupação da sociedade quanto à delinquência e à ausência de segurança pública. Ocorre que, em busca da repressão penal, na maioria das vezes, a figura do “inimigo”, representado por atores das classes sociais populares, são demonizados pela mídia, promovendo, assim, uma produção legislativa penal precipitada (MASCARENHAS, 2010).

Friso, no entanto, que o objetivo do presente trabalho não é apenas “criticar” às Leis Penais criadas no Brasil por ingerência da mídias e, conseqüentemente, da população, mas, sim, demonstrar que muitas vezes a pressão política acaba deixando de lado, como dito, os aspectos técnicos e os estudos importantes que devem ser utilizados pelos legisladores para a criação de determinada norma.

Para Miguel Carbonell (apud HOMMERDING e LYRA, 2014, p. 107):

[...] os meios de comunicação, que se relacionam intimamente com o poder econômico, serão as forças principais que determinarão, em realidade, a conduta dos indivíduos e pressionarão os poderes públicos para obterem qualquer tipo de benefícios, nem sempre lícitos.

Por fim, nota-se que a criação da legislação no Brasil, especialmente a Lei Penal, está vestida de simbolismo que aos olhos do povo é considerada a solução adequada para a punição e prevenção de certos acontecimentos graves. Porém, tal legislação na sua essência (criação) vê-se corrompida pela influência política/popular e midiática, seja pela pressão eleitoreira ou oposicionista, seja pela necessidade de uma rápida solução dos conflitos apresentados, o que, consoante foi referido, não traz o resultado esperado, a solução do conflito social.

E a prova da corrupção do sistema penal por outros subsistemas evidencia-se pelo fato de que, muito embora haja o endurecimento penal e a explosão carcerária, a criminalidade não está decrescendo (HOMMERDING e LYRA, 2014).

Nesse sentido, colaciono dados extraídos do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias realizado em junho de 2014 que demonstra o aumento da população carcerária (2014, p. 15):

Entre 2000 e 2014, a taxa de aprisionamento aumentou 119%. Em 2000, havia 137 presos para cada 100 mil habitantes. Em 2014, essa taxa chegou a 299,7 pessoas. Caso mantenha-se esse ritmo de encarceramento, em 2022, a população prisional do Brasil ultrapassará a marca de um milhão de indivíduos. Em 2075, uma em cada dez pessoas estará em situação de privação de liberdade.

E tal problemática permanece, consoante coloca François (1999, pp. 378 e seguintes), talvez porque “o Direito Penal necessita de tempo para proceder a uma auto-observação (tempo de aprendizagem) e forjar uma dogmática jurídica orientada pelas consequências”.

Não há dúvidas, por conseguinte, que o controle penal é marcado por uma intervenção de outros sistemas que “pressionam” para a criação de uma Lei Penal que reafirme, ainda que simbolicamente, certos valores e o consenso social. É por isso que, de regra, a Lei Penal não resolve conflitos e problemas sociais.

Acredita-se, portanto, que a solução para esse impasse pode estar nas teorias de Luhmann que entendem que o sistema jurídico necessita de uma “clausura operativa” a fim de impedir que a pressão social ou uma determinada campanha dos meios comunicativos possa modificar o direito.

E mais: o legislador, quando da elaboração de determinada Lei, deve ter a visão do conjunto, da filosofia, dos interesses opostos dos grupos que pressionam a elaboração de determinada legislação, entre outros fatores principiológicos, o que, pelo que se vê, não é o que está ocorrendo em nosso país.

5 Conclusão:

Acredita-se que o Direito Penal Brasileiro está em crise e, portanto, precisa ser reformulado. É necessário que o legislador, quando da criação da Lei Penal esteja atento às influências de outros subsistemas, como econômico, cultural, etc. (alopoiesis). E mais: cabe o legislador abandonar algumas ideias trazidas pela mídia e, inclusive, estar atento as pressões emanadas da globalização e dos interesses eleitoreiros, sob pena de corrupção do sistema penal como um todo, o que, convenha-se, é o que está ocorrendo com a legislação vigente. Há, por conseguinte, a necessidade de que seja realizado um estudo prévio efetivo acerca da efetividade de determinada Lei, buscando verificar se a norma que entrará em vigor realmente irá solucionar os problemas da criminalidade ou apenas será destinada para “tranquilizar a sociedade atormentada”. A nação não necessita de legislações simbólicas, mas, sim, de projetos e políticas que resolvam os problemas sociais, como é o caso da criminalidade.

6 Referências bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Justiça - **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** Disponível em: < <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal> >. Acesso em 8 ago. 2015.

HOMMERDING, Adalberto Narciso; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Racionalidade das leis penais e legislação penal simbólica** – 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2014.

JAKOBS, Gunther. CANCIO MELIÁ, Manuel. **Direito penal do inimigo: noções e críticas** - 4. ed. Tradução André Luís Callegari e Nereu Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

LIRA, Cláudio Rogério Sousa. **Direito Penal na pós-modernidade: a racionalidade legislativa para uma sociedade de risco** - 2ª edição. Curitiba: Juruá. 2015.

LUHMANN, Niklas. **El derecho de la sociedad**. Tradución de Javier Torre Nafarrate. México: Herber, 2005.

MASCARENHAS, Odacir Silva. **A influência da mídia na produção legislativa penal brasileira**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 83, dez 2010. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8727&revista_caderno=3>. Acesso em 12 nov. 2014.

NEVES, Marcelo. **Transconstitucionalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

OLIVEIRA, Jorge Rubem Folea. **O direito como meio de controle social ou como instrumento de mudança social ?**. Revista de Informação Legislativa. Brasília a 34, n. 136, out/dez 1997.

RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. **Niklas Luhmann: a sociedade como sistema** – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SANTOS, Elaine V. Domingues. **Teoria da sociedade de Niklas Luhmann**. Jus Navegandi, Teresina, ano 14, n. 2348, 5 dez. 2009. <Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/13947>>. Acesso em: 7 nov. 2014.